



M B P M

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

www.mbpm.adv.br



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Autos nº 0029701-12.2023.8.16.0185

26ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba

Empório do Queijo Comércio de Alimentos

Relatório Mensal de Atividades

Julho 2024





MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

O presente relatório foi elaborado com base nos documentos contábeis apresentados pelas Recuperandas e documentos complementares solicitados administrativamente.

Sumário

- **Histórico processual;**
- **Relatório mensal nos termos do art. 2ª da Recomendação 72/CNJ;**
- **Questionário sobre duração dos atos processuais;**
- **Relatório de andamentos processuais nos termos do art. 3º da Recomendação 72/CNJ;**
- **Análise Econômico-Financeira.**



MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

Histórico Processual

Julho 2024

Em 20/10/2023 a Empório do Queijo Comércio de Alimentos distribuiu o seu pedido de Recuperação Judicial (Mov. 1).

Em 23/10/2023 foi determinada a emenda à inicial (Mov. 4), o que foi cumprido em 24/10/2023 (Mov. 7).

Em 06/11/2023 a Requerente promoveu nova Emenda à Inicial (Mov. 10) e em 10/11/2023 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial e nomeado o MBPM como Administrador Judicial (Mov. 13).

O MBPM tão logo intimado aceitou prontamente o encargo, conforme termo de compromisso juntado no Mov. 38 dos autos.

Em 24/11/2023 foi disponibilizado o edital do artigo 52, §1º, da Lei 11.101/2005 no Diário Eletrônico do TJPR (Mov. 60).

Em 14/12/2023 o MBPM apresentou sua proposta de honorários (Mov. 72).

Em 10/01/2024 a Recuperanda apresentou seu plano de recuperação judicial (Mov. 76).



MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

Histórico Processual

Julho 2024

Em 25/01/2024 o MBPM promoveu a juntada aos autos do Relatório da Fase Administrativa de Verificação de Créditos, da Lista de Credores do artigo 7º, §2º, da Lei 11.101/2005 e do relatório sobre o plano de recuperação judicial (Mov. 84).

Em 1º de fevereiro de 2024 houve a disponibilização do edital do artigo 7º, §2º e 53, parágrafo único da Lei 11.101/2005 (Mov. 97).

Nos Movs. 102, 113, 114, 116, 118, 123 objeções ao plano de recuperação judicial.

No Mov.105 petição da Fazenda Nacional informando que a Recuperanda não possui débitos inscritos em Dívida Ativa da União.

No Mov. 109 petição da Recuperanda concordando com a proposta de honorários apresentada pela Administração Judicial.

No Mov. 112 o MBPM apresentou o Relatório Inicial de Atividades da Recuperanda.



MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

Histórico Processual

Julho 2024

Em 26/02/2024 (Mov. 120) petição da Recuperanda requerendo estorno de valor debitado pela Cresol e demais providências.

Em 06/03/2024 (Mov. 126) manifestação do MBPM sobre o pedido de Mov. 120.

Em 20/03/2024 (Mov. 127) petição do MBPM informando não ter recebido documentação contábil para conclusão dos RMAs.

Em 12/04/2024 (Mov. 131) decisão com diversas providências, dentre elas a intimação da recuperanda para apresentar laudo de avaliação de bens e ativos em cumprimento ao artigo 53, III, da Lei 11.101/2005; a intimação do MP para manifestação acerca da situação entre a Recuperanda e a Cresol; a intimação da Recuperanda e Administradora Judicial para apresentação de RMAs faltantes em dez dias; a intimação do AJ para indicação de datas para realização de AGC.

Em 30/04/2024 (Mov. 150) petição do MBPM sobre ofício de Mov. 94, sugerindo a realização de AGC virtual e indicando datas para realização do ato.



MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

Histórico Processual

Julho 2024

Em 03/05/2024 petição do MBPM requerendo a juntada de RMA relativo ao mês de Janeiro de 2024 (Mov. 153).

Em 03/05/2024 petição da Recuperanda requerendo a juntada de documentos contábeis (Mov. 154).

Em 15/05/2024 petição da Recuperanda requerendo a prorrogação do *stay period* (Mov. 155).

Em 29/05/2024 juntada de documentação contábil pela Recuperanda (Mov. 156).

Em 29/05/2024 petição do Ministério Público do Estado do Paraná opinando pelo indeferimento do pedido de Mov. 63.

Em 12/06/2024 juntado RMA relativo ao mês de fevereiro de 2024.



M B P M

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

Histórico Processual

Julho 2024

Em 18/06/2024 foi proferida a decisão de mov. 163, a qual reconheceu a possibilidade de amortização parcial do crédito em atraso da credora CRESOL via compensação do valor do capital social integralizado pela Recuperanda. Determinou também que o mérito da extraconcursalidade do crédito de titularidade da CRESOL fosse apurado em incidente de impugnação de crédito autuado em apartado.

Em 24/06/2024 (mov. 164) a Recuperanda requereu liminarmente a suspensão do leilão designado para 24/06/2024 sob o argumento de que o crédito de titularidade da credora CRESOL, além da concursalidade controversa, seria garantido por imóvel com qualidade de bem de família.

Na decisão de mov. 170, o D. Juízo deixou de conhecer o pedido da Recuperanda postulado em mov. 164, uma vez que as questões referentes a qualidade e natureza do crédito em comento seriam apuradas na impugnação de crédito de autos nº 0002258-52.2024.8.16.0185. O prazo da Recuperanda para interposição de recurso decorreu em 10/07/2024 (mov. 197).

Relatório do Administrador Judicial - CNJ

- Há litisconsórcio ativo? **Não**
- Este relatório é:
 - **Inicial**
 - Houve alteração da atividade empresarial? Não
 - Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração? Não
 - Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos? Sim
 - Quadro de funcionários
 - Número de Funcionários/colaboradores total: 13
 - Número de funcionários CLT: 5
 - Número de pessoas jurídicas: 8



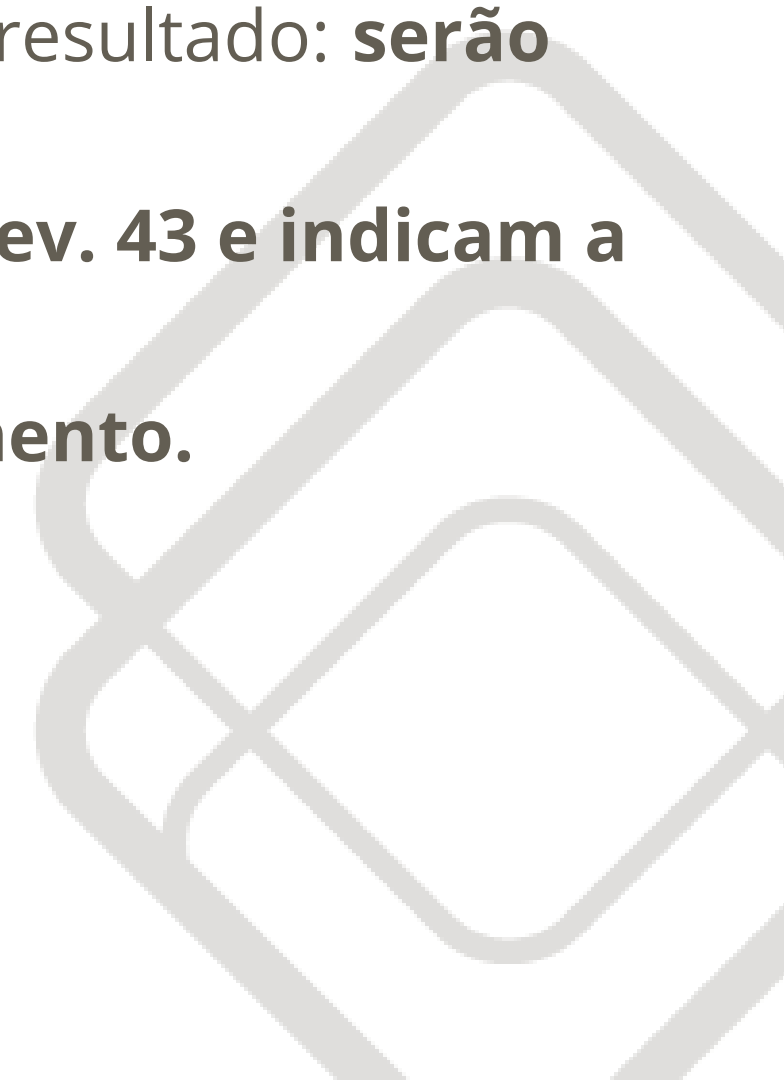
Relatório do Administrador Judicial - CNJ

- Análise dos dados contábeis e informações financeiras, informações obtidas para o relatório inicial:
- Ativo: **R\$ 531.169,80** (Ativo total, saldo em Julho/2024)
- Passivo: **R\$5.874.024,46** (Passivo contábil: R\$ 531.169,80, saldo em Julho/2024)
- Extraconcursal: **não identificado até o presente momento**
- Fiscal: **R\$ 572.148,63** (saldo em Julho/2024)
- Inscrito na dívida ativa: **não identificado até o presente momento**
- Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios: **não identificado até o momento**
- Alienação fiduciária: **não identificado até o momento**
- Arrendamento mercantil: **não identificado até o momento**
- Adiantamento de contrato de câmbio: **não identificado até o momento**
- Obrigação de fazer: **não identificado até o momento**
- Obrigação de entregar: **não identificado até o momento**
- Obrigação de dar: **não identificado até o momento**
 - Obrigações líquidas: **não identificado até o momento**



Relatório do Administrador Judicial - CNJ

- Pós Ajuizamento da Rj: ainda não levantado
 - i. Tributário:
 - ii. Trabalhista:
 - iii. Outros:
- Demonstração de resultados (evolução)
- Observações de análise de faturamento, índices de liquidez, receita x custo, receita x resultado: **serão apresentados mais adiante no presente relatório**
- Diligência nos estabelecimentos da recuperanda: **foram apresentados no laudo de ev. 43 e indicam a plena atividade da recuperanda.**
- Planilha de controle de pagamentos dos credores concursais: **não aplicável no momento.**
 - Observações:



CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

1. A devedora é:

- empresa de pequeno porte EPP
- microempresa (ME)
- empresa média
- empresa grande
- grupos de empresas
- empresário individual

2. Houve litisconsórcio ativo: sim não

2.1. Em caso positivo:

2.2. O Plano de recuperação foi unitário individualizado não se aplica

3. Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo:

3.1. tributário sim não

3.2. demais créditos excluídos da RJ: sim não



CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

4. Houve realização de constatação prévia: () sim (X) não

4.1. Em caso positivo, a constatação foi concluída em

5. O processamento foi deferido (X) sim () não

5.1. Em caso positivo, em quanto tempo? 21 dias desde a distribuição da inicial

5.2. Em caso positivo, houve emenda da inicial? (X) sim () não

5.3. Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar:

() indeferimento para todos os litisconsortes;

() indeferimento para ___ (indicar número) litisconsortes

5.4. Em caso negativo, indicar fundamento legal para indeferimento: Não se aplica.



CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

6. Qual o tempo decorrido entre:

6.1. a distribuição da inicial e a relação de credores elaborado administrador judicial; **97 dias**

6.2. a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada administrador judicial;
76 dias

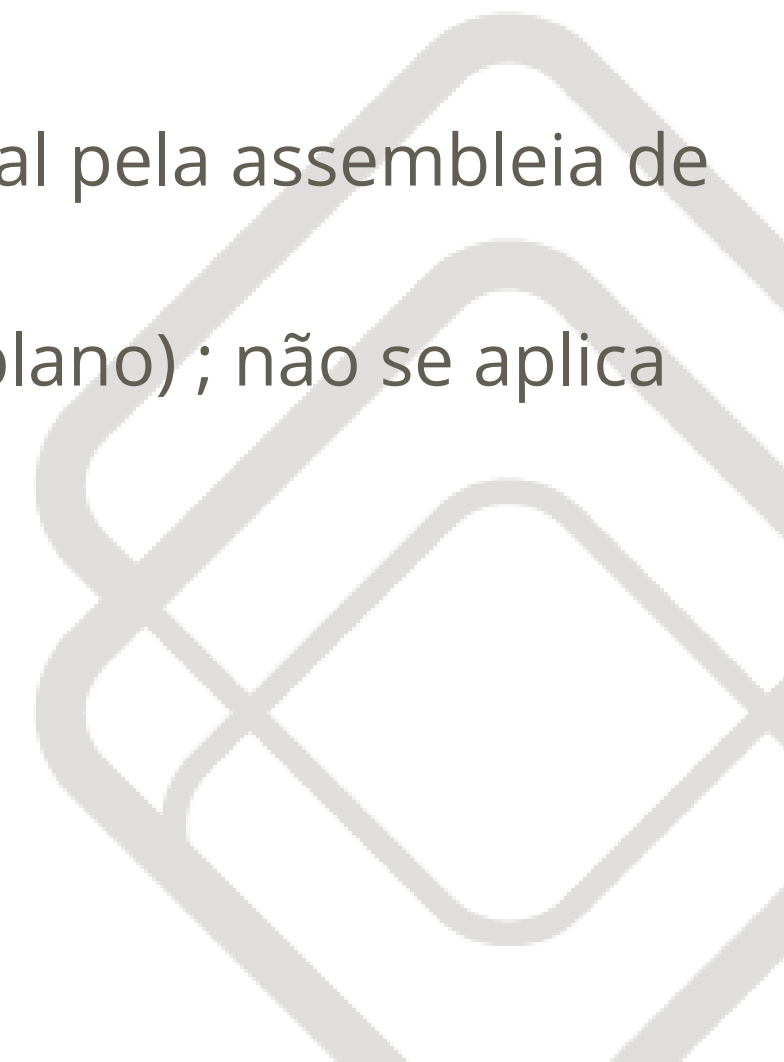
6.3. a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação; não se aplica

6.4. a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores; não se aplica

6.5. a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores; não se aplica

6.6. a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano); não se aplica

.



CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

6.7. a distribuição da inicial e a convolação em falência: não se aplica

6.7.1. em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; não se aplica

6.7.2. em caso de recuperação judicial concedida; não se aplica

6.8. a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; não se aplica

6.9. a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; não se aplica

6.10. o tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência); não se aplica

7. Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58, §1º, da Lei 11.101/05 (cram down): sim não

8. Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: sim não

8.1. Em caso positivo, o plano foi: mantido integralmente mantido em parte anulado

9. Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): sim não

CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

10. Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05:

sim não

10.1. Em caso positivo, o leilão foi realizado: antes depois antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação

10.2. Houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: sim não

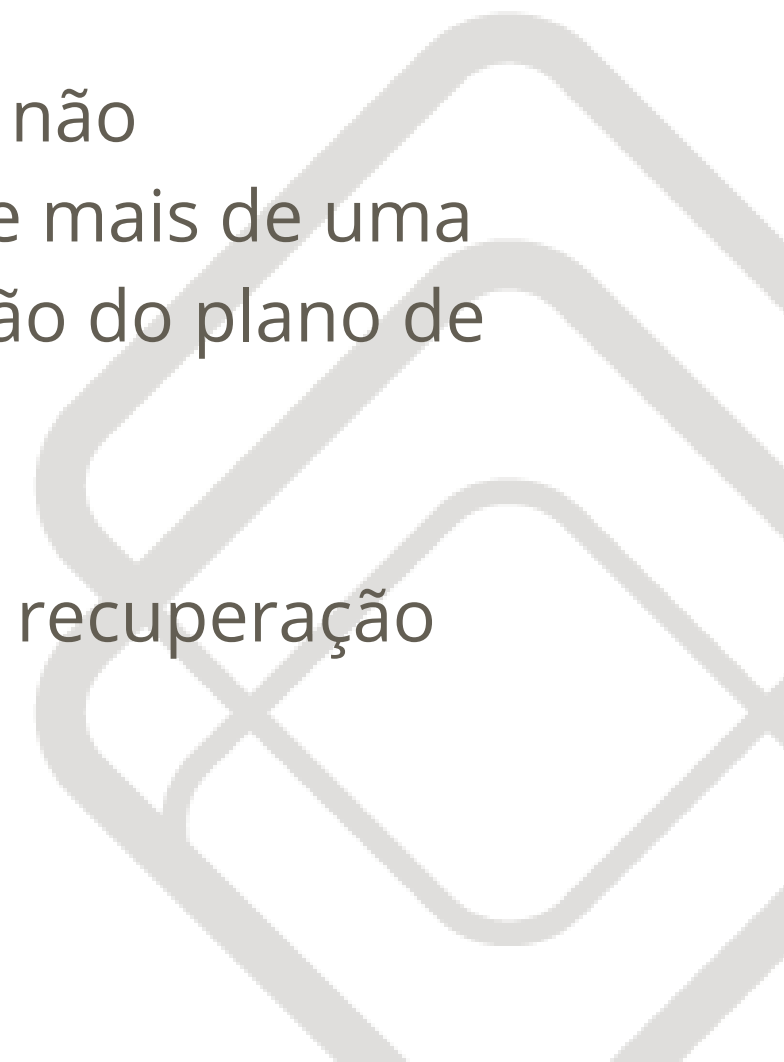
10.3. Na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: autorizada rejeitada

11. Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: sim não

11.1. Em caso positivo, a alienação foi realizada: antes depois antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação

12. Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: sim não

12.1. Em caso positivo, houve a outorga de garantia real sim não



CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

12.2. Em caso de outorga, a garantia constituída foi () alienação fiduciária () cessão fiduciária () hipoteca () penhor () outro direito real de garantia

13. Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial () sim () não

13.1. Em caso positivo, o pedido foi formulado:

___ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial

___ (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial

13.2. O plano modificativo foi: () aprovado () rejeitado

13.3. Em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ___ (indicar número) dias

14. Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).

CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

15. Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: (X) sim () não decisão de mov. 131

15.1. Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração: **48 parcelas de R\$ 3.415,95**

15. 2: Indicar o valor total da remuneração fixada: **4% do valor da dívida - R\$ 163.965,72**



CNJ - Quadro de Andamentos Processuais

Data Ocorrência	Evento	Mov.	Lei 11.101/2005
20/10/2023	Distribuição do pedido de RJ	1	-
10/11/2023	Deferimento do processamento RJ	13	art. 52
16/11/2023	Termo de compromisso da AJ	38	art. 33
24/11/2023	Disponibilização do Edital de Deferimento do Processamento da RJ	60	art. 52, §1º
24/11/2023	Disponibilização do Edital de Convocação de Credores	60	art. 52, §1º
12/12/2023	Prazo para apresentação das habilitações/divergências administrativas		art. 7º, §1º
10/01/2024	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial	76	art. 53
25/01/2024	Apresentação da relação de credores do AJ	84	art. 7º, §2º
01/02/2024	Disponibilização de Edital: Lista de Credores do AJ	97	art. 7º, §2º
01/02/2024	Disponibilização de Edital: Aviso do Plano	97	art. 53
14/02/2024	Prazo fatal para apresentação das impugnações judiciais	-	art. 8º
05/03/2024	Prazo fatal para apresentação de objeções ao PRJ	-	art. 55
-	Prazo para realização de AGC	-	art. 56, §1º
28/06/2024	Publicação do Edital: Convocação AGC	187	art. 36
03/09/2024	Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação	210	art. 37
10/09/2024	Assembleia Geral de Credores - 2ª Convocação	-	art. 37
08/05/2024	Encerramento do período de suspensão	-	art. 6º, §4º
	Outros		

Considerações Iniciais

- A Recuperanda encaminhou o balancete em relação à competência de Julho/2024.
- A Recuperanda encaminhou demonstrativo de receitas e despesas.
- Foram totalizados os resultados em período mensal.
- A partir destes documentos demonstra-se o resultado desde dezembro/2023, de maneira comparativa com os meses subsequentes.



Balanço Patrimonial - Julho/2024

	jul/24
ATIVO	R\$ 531.169,80
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 193.490,79
DISPONÍVEL	R\$ 652,22
CLIENTES	R\$ 117.118,26
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 24.363,31
ESTOQUES	R\$ 51.357,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 337.679,01
IMOBILIZADO	R\$ 337.679,01
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 315.080,54
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 131.427,85
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	R\$ 11.000,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-R\$ 119.829,38
PASSIVO	R\$ 531.169,80
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 5.874.024,46
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 4.898.711,11
FORNECEDORES	R\$ 401.097,77
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 572.148,63
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	R\$ 2.066,95
PATRIMONIO LÍQUIDO	-R\$ 5.342.854,66
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	R\$ 100.000,00
RESERVAS DE LUCROS	R\$ 3.154,91
RESULTADOS ACUMULADOS	-R\$ 5.935.434,54
RESULTADOS DO MÊS	R\$ 489.424,97



Balanço Patrimonial - Julho/2024

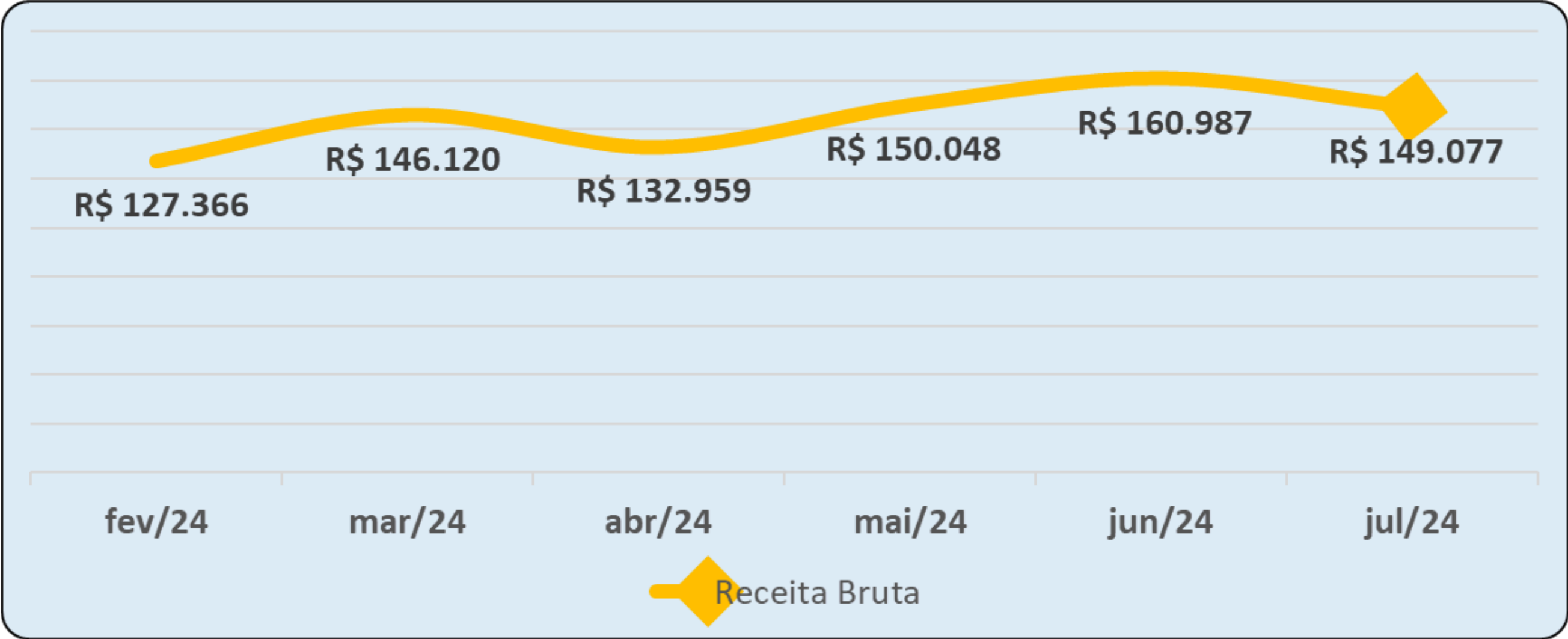
- O Ativo Imobilizado da Recuperanda representa 64% do Ativo total.
- Da leitura do balanço de Julho/2024 se depreende que a empresa possui um elevado índice de endividamento geral (11,05), indicando um desequilíbrio na estrutura de capital da Recuperanda e a sua dependência de capital de terceiros.
- Em Julho/2024 foi contabilmente reconhecido um prejuízo acumulado no montante de R\$ 5.935.434,54.



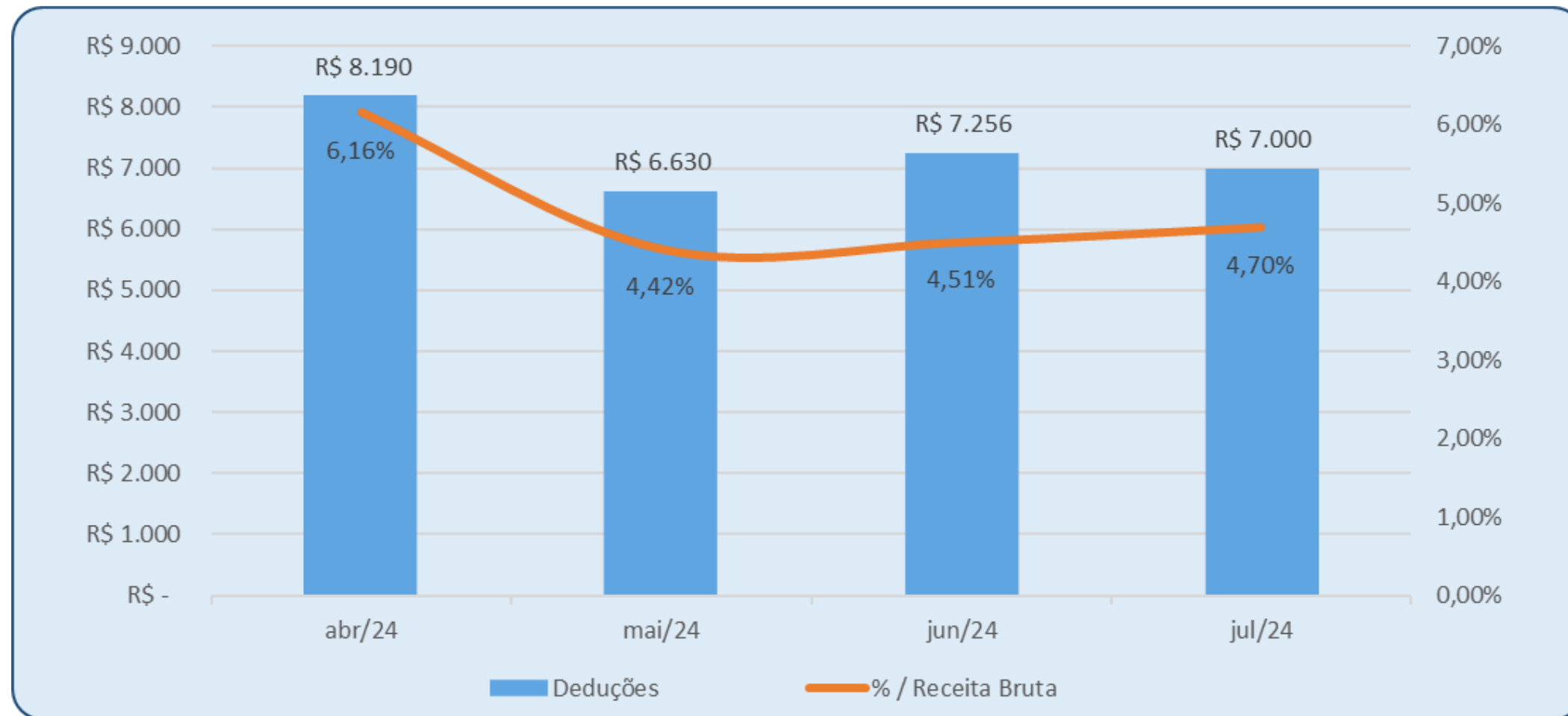
DRE

DRE	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
RECEITA BRUTA	R\$ 127.366	R\$ 146.120	R\$ 132.959	R\$ 150.048	R\$ 160.987	R\$ 149.077
DEDUÇÕES	-R\$ 732	-R\$ 900	-R\$ 8.190	-R\$ 6.630	-R\$ 7.256	-R\$ 7.000
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 126.634	R\$ 145.220	R\$ 124.769	R\$ 143.418	R\$ 153.731	R\$ 142.077
CMV	-R\$ 58.904	-R\$ 58.488	-R\$ 58.361	-R\$ 59.990	-R\$ 61.331	-R\$ 61.363
Despesas Variáveis	-R\$ 55.629	R\$ 55.516	R\$ 56.545	R\$ 59.935	R\$ 61.302	R\$ 61.363
Outros Custos	-R\$ 3.275	R\$ 2.971	R\$ 1.815	R\$ 56	R\$ 29	R\$ -
LUCRO BRUTO	R\$ 67.729	R\$ 86.732	R\$ 66.408	R\$ 83.428	R\$ 92.400	R\$ 80.714
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 59.145	-R\$ 62.661	-R\$ 70.310	-R\$ 78.693	-R\$ 80.164	-R\$ 74.418
Serviços Públicos essenciais	R\$ 6.755	R\$ 6.907	R\$ 6.915	R\$ 7.483	R\$ 7.070	R\$ 7.667
Administrativas	R\$ 16.312	R\$ 16.787	R\$ 16.695	R\$ 18.386	R\$ 16.970	R\$ 16.927
Folha	R\$ 38.657	R\$ 38.409	R\$ 43.256	R\$ 44.815	R\$ 48.470	R\$ 42.348
Outra		R\$ 559	R\$ 3.445	R\$ 8.010	R\$ 7.655	R\$ 7.476
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 8.584	R\$ 24.071	-R\$ 3.902	R\$ 4.735	R\$ 12.236	R\$ 6.295
RESULTADO EXTRAOPERACIONAL	R\$ 1.000	R\$ 6.000	R\$ 3.800	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.263
Receita Extra Operacional	R\$ 1.000	R\$ 6.000	R\$ 3.800	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.263
Despesa Extra Operacional	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESULTADO ANTES DOS TRIB	R\$ 9.584	R\$ 30.071	-R\$ 102	R\$ 4.735	R\$ 12.236	R\$ 7.558
IRPJ/CSLL						
RESULTADO DO EXERCICIO	R\$ 9.584	R\$ 30.071	-R\$ 102	R\$ 4.735	R\$ 12.236	R\$ 7.558

Receita Bruta



Deduções da Receita Bruta

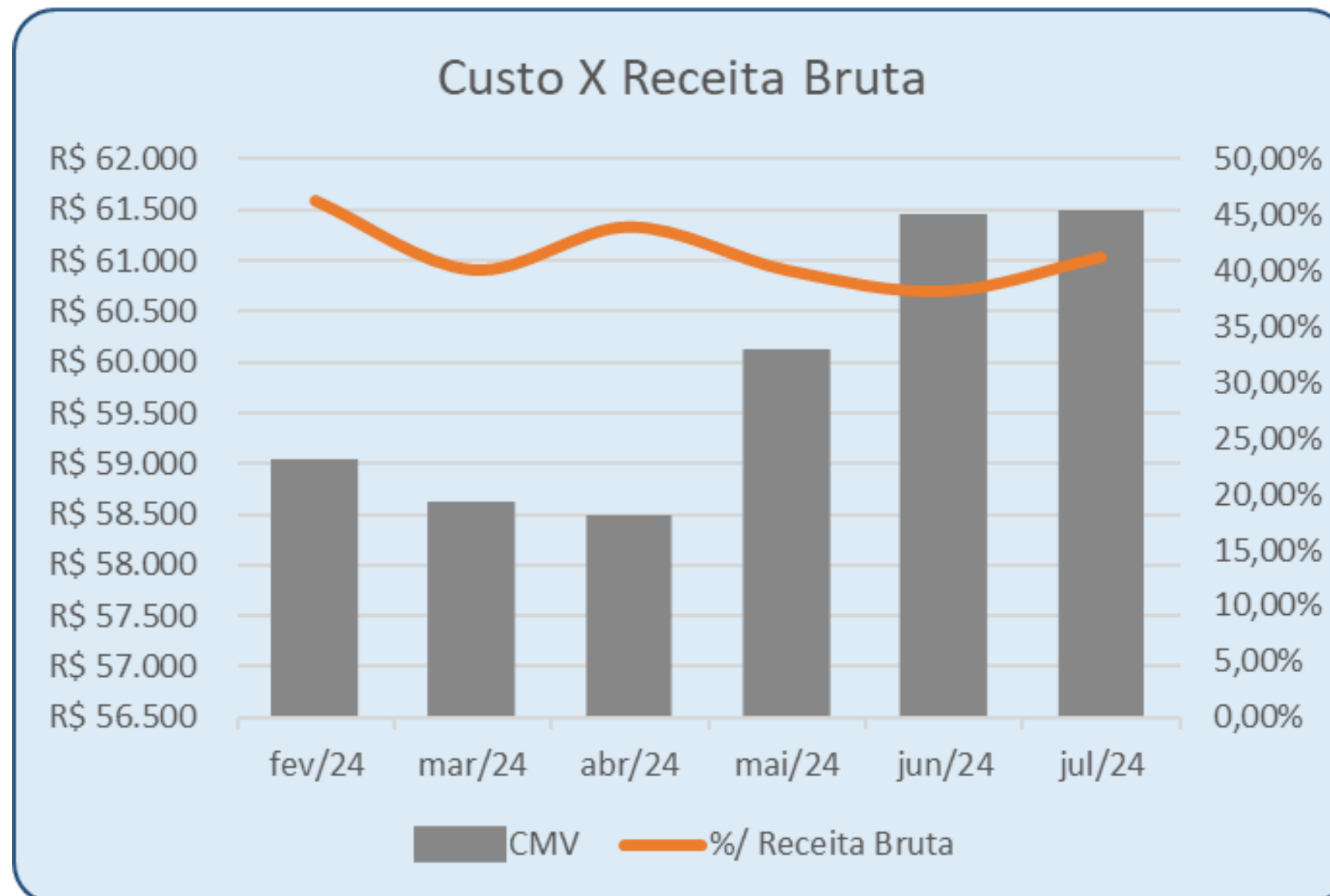


- O recolhimento tributário via Simples Nacional manteve-se como única despesa dedutível da Receita Bruta.

DRE	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
Deduções	R\$ 732	R\$ 900	R\$ 8.190	R\$ 6.630	R\$ 7.256	R\$ 7.000
% / Receita Bruta	0,58%	0,62%	6,16%	4,42%	4,51%	4,70%

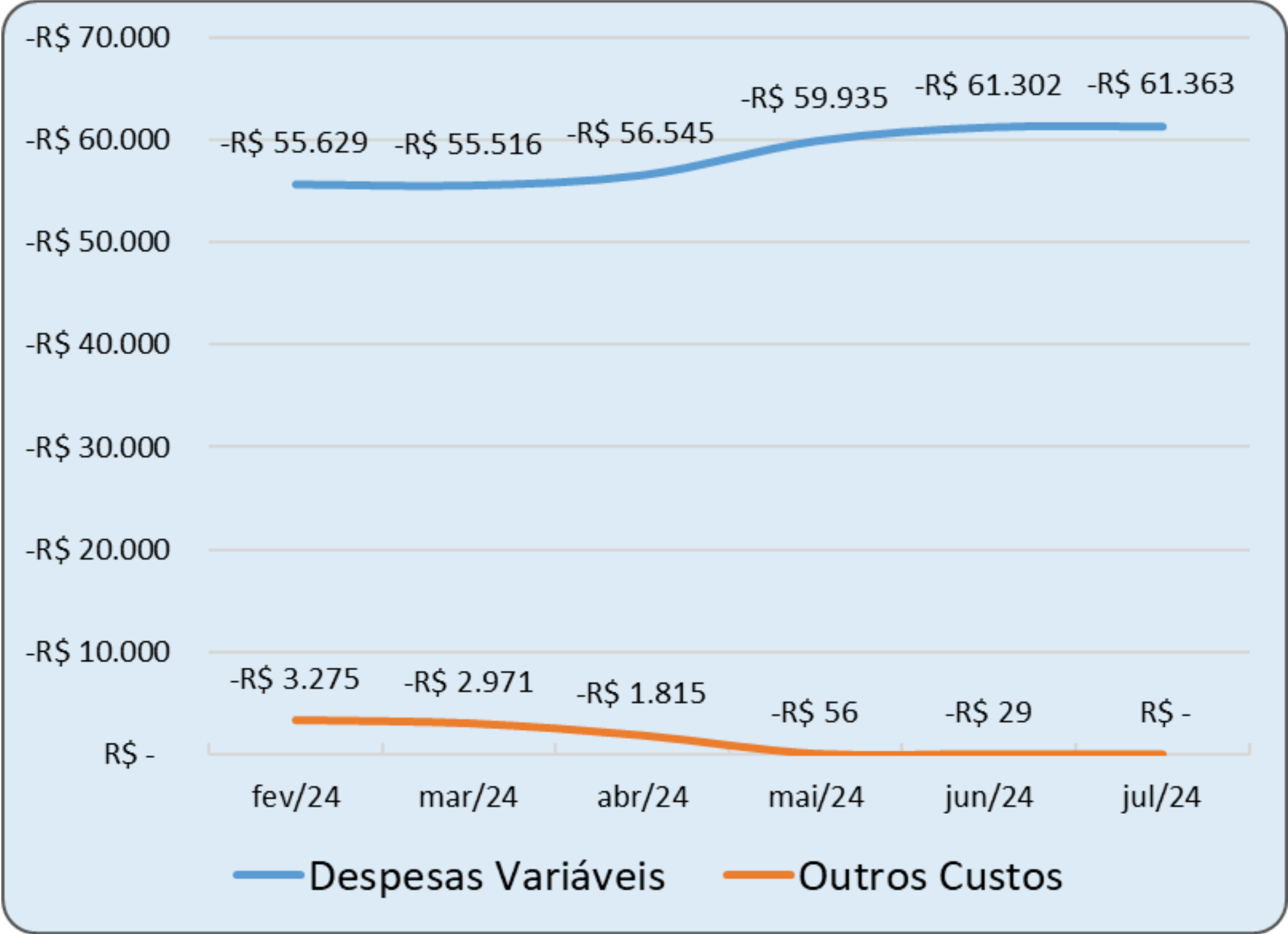
Custo da Mercadoria Vendida

DRE	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
CMV	R\$ 54.576	R\$ 58.904	R\$ 58.488	R\$ 58.361	R\$ 59.990	R\$ 61.331	R\$ 61.363
%/ Receita Bruta	44,60%	46,25%	40,03%	43,89%	39,98%	38,10%	41,16%
DRE	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
Despesas Variáveis	-R\$ 50.807	-R\$ 55.629	-R\$ 55.516	-R\$ 56.545	-R\$ 59.935	-R\$ 61.302	-R\$ 61.363
Outros Custos	-R\$ 3.769	-R\$ 3.275	-R\$ 2.971	-R\$ 1.815	-R\$ 56	-R\$ 29	R\$ -



- Em Julho/2024, os Custos com Mercadoria Vendida mantiveram-se no mesmo nível de Junho/2024.
- Por decorrência da retração da Receita Bruta em Julho/2024, a proporção entre o CVM e a Receita Bruta apresentou um acréscimo de 8,05%.

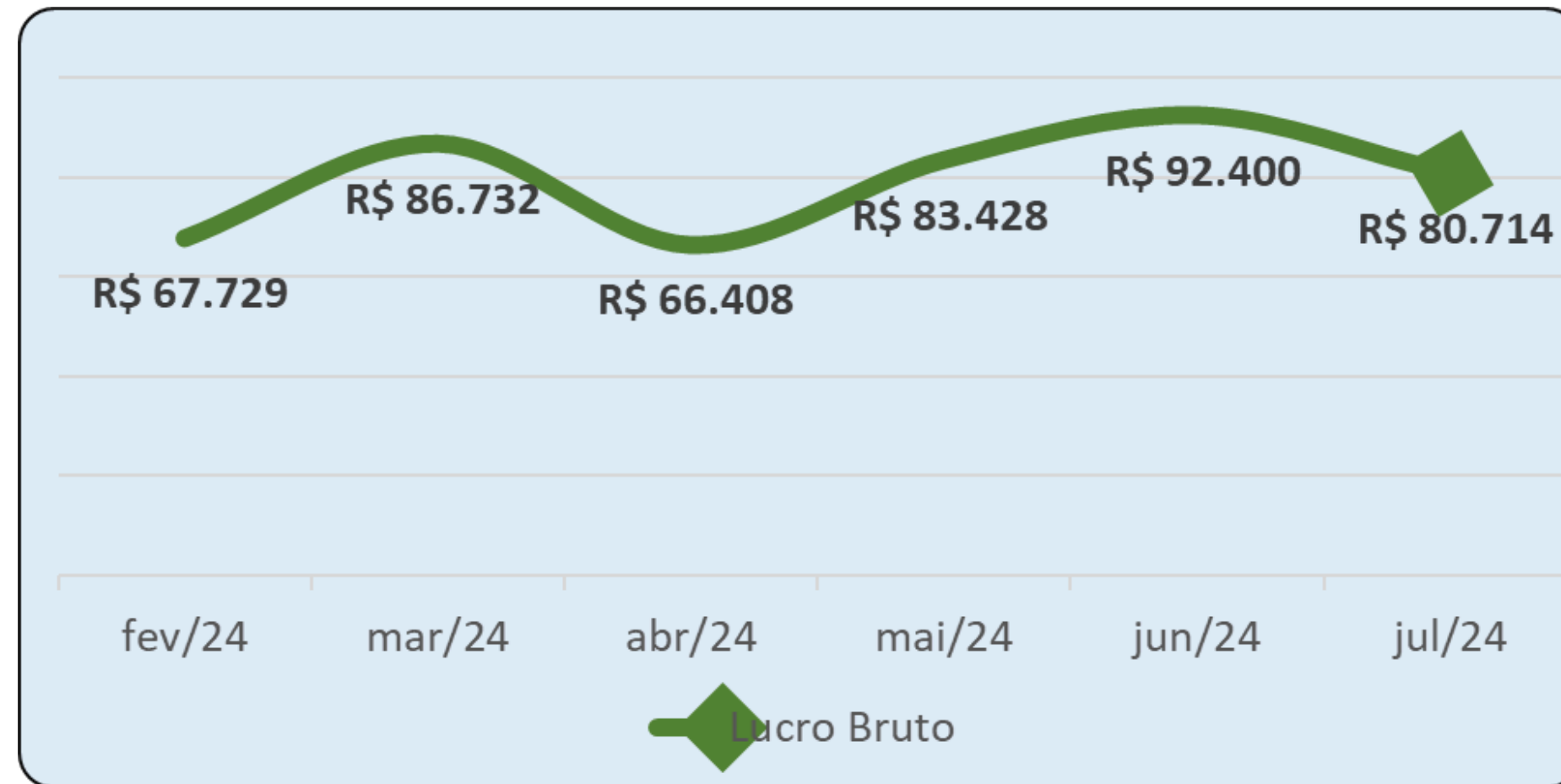
Custo da Mercadoria Vendida - Matéria Prima e Outros Custos



- Em Julho/2024 não foram registrados custos de natureza fixa.



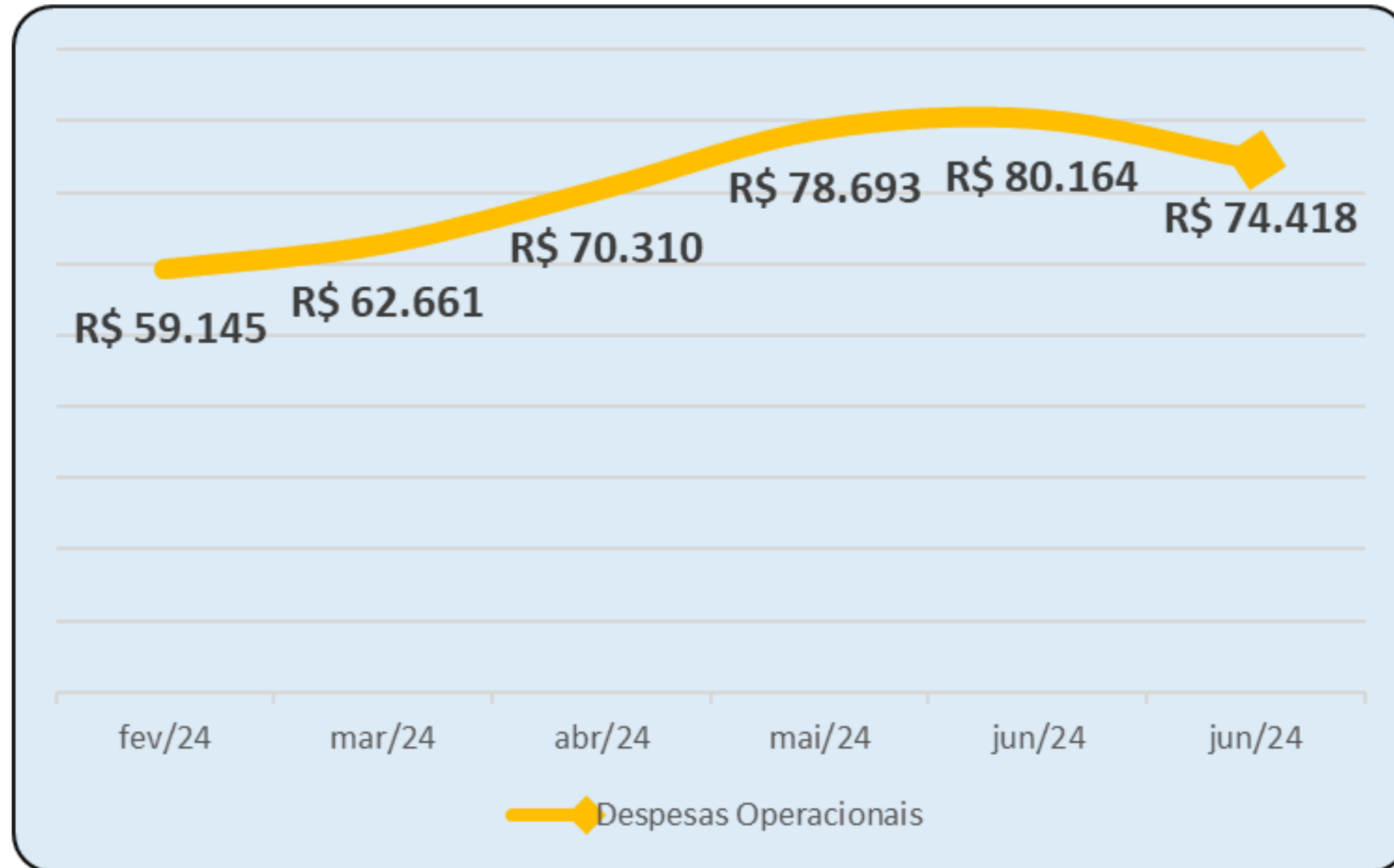
Lucro Bruto



- Em Julho/2024 houve uma queda de 12,65% do Lucro Bruto da Recuperanda.

DRE	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24
Lucro Bruto	R\$ 66.523	R\$ 67.729	R\$ 86.732	R\$ 66.408	R\$ 83.428	R\$ 92.400	R\$ 80.714

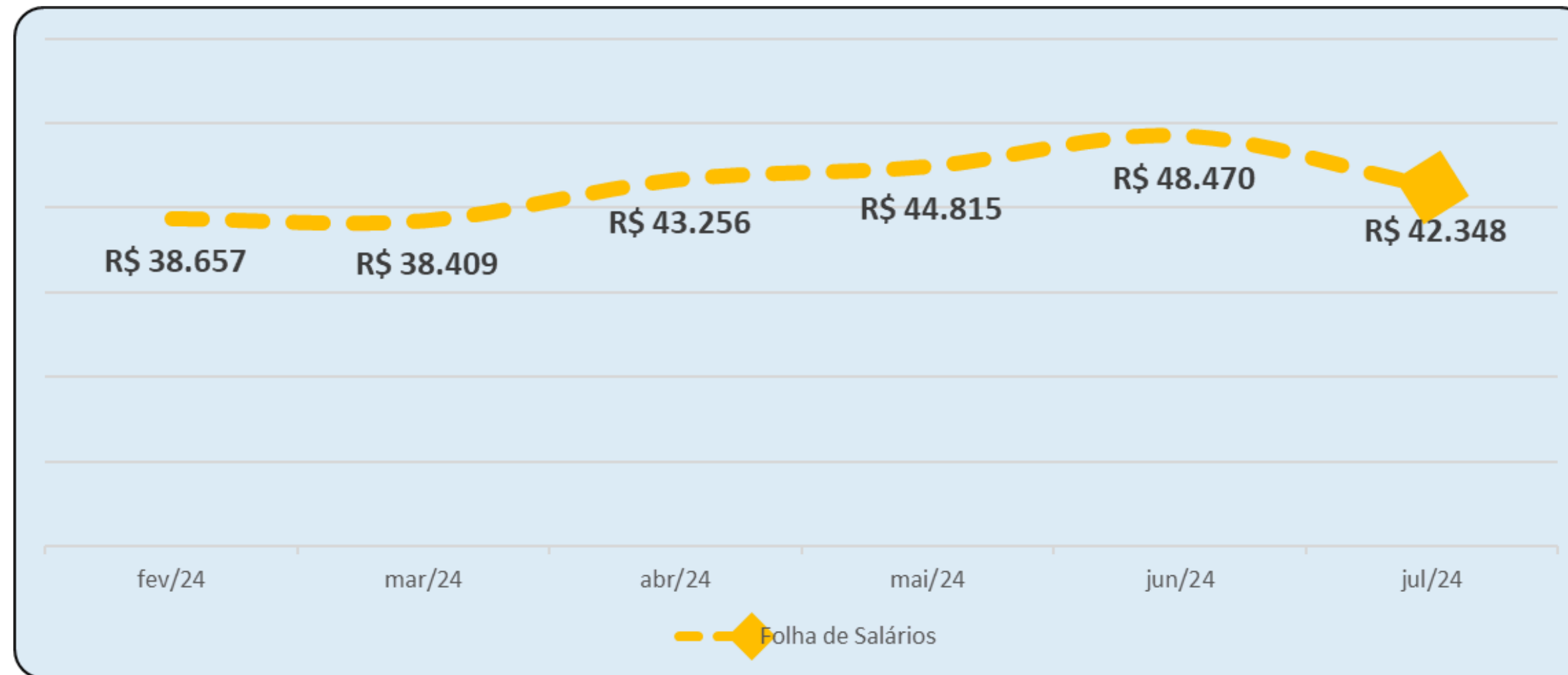
Despesas Operacionais



- Em Julho/2024, as Despesas Operacionais apresentaram retração de 7%.

DRE	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jun/24
Despesas Operacionais	R\$ 59.145	R\$ 62.661	R\$ 70.310	R\$ 78.693	R\$ 80.164	R\$ 74.418

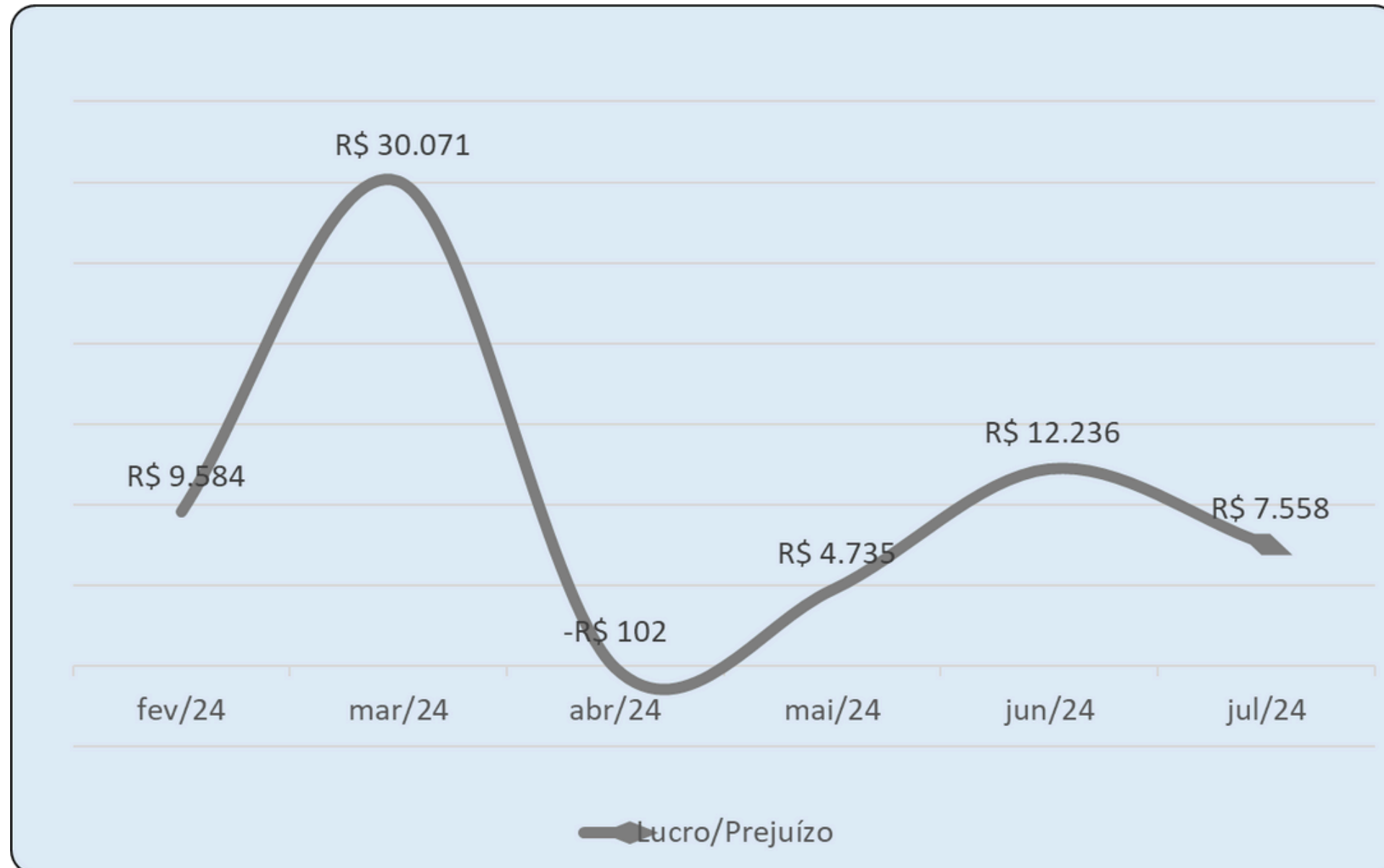
Despesas Operacionais - Folha de Salários



- Em Julho/2024, a despesa com Folha de Salários apresentou uma redução de 13% em comparação a Junho/2024.



Resultado (lucro/prejuízo)



- Em Julho/2024 a lucratividade da Recuperanda foi 38% inferior àquela apresentada em Junho/2024.
- O resultado dessa competência foi inferior à média dos últimos 6 meses.



Considerações Finais

À disposição do Juízo e demais interessados, o presente relatório foi elaborado conforme documentos juntados aos autos pelas Recuperandas e contato direto havido com o gestor da empresa, que foi advertido da necessidade de apresentação de informações complementares visando a confecção de relatórios vindouros.





MBPM

MALUCELLI BARBOSA
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial



GIOVANNA MACEDO

giovanna@mbpm.adv.br

OAB/PR 77.053



JÉSSICA BARBOSA

jessica@mbpm.adv.br

OAB/PR 76.433

www.mbpm.adv.br

